

A REVOLUÇÃO FEDERALISTA NA PERSPECTIVA DE UM MÉDICO POSITIVISTA: CARTAS DO DR. BAGUEIRA LEAL A MIGUEL LEMOS E A TEIXEIRA MENDES

*Paulo Ricardo Pezat**

RESUMO: O médico-militar Joaquim Bagueira Leal permaneceu no Rio Grande do Sul por quatro anos, entre 1893 e 1897, acompanhando os contingentes do Exército transferidos para o sul do Brasil em função da Revolução Federalista. Na ocasião, Bagueira Leal viveu em Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e em Pelotas, além de passar vários meses percorrendo a campanha gaúcha em companhia das forças comandadas pelo coronel Sampaio. No período em questão, Bagueira Leal escreveu diversas cartas para Miguel Lemos e para Teixeira Mendes, diretores da Igreja Positivista do Brasil (sediada no Rio de Janeiro), da qual era membro. Através destas cartas é possível perceber a maneira peculiar como os positivistas ortodoxos brasileiros – adeptos da Religião da Humanidade, fundada por Auguste Comte – analisaram a guerra civil que opôs os antigos liberais (aliados de Silveira Martins) e os republicanos dissidentes às forças fiéis a Júlio de Castilhos e ao Partido Republicano Rio-Grandense.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução Federalista – Positivismo – República – Militares.

As fontes

O acervo da Igreja Positivista do Brasil, no Rio de Janeiro, abriga diversos documentos inéditos e relevantes para o estudo dos últimos anos do Império e dos primórdios da República no país. Dentre tais fontes ainda por explorar, especial atenção merece a correspondência mantida por Miguel Lemos (1854-1917) e Raymundo Teixeira Mendes (1855-1927) – respectivamente o diretor e o vice-diretor daquela instituição religiosa – com diversas pessoas no Brasil e no exterior. Especificamente em relação ao Rio Grande do Sul, destaca-se um conjunto de 49 cartas escritas pelo médico-militar Joaquim Bagueira Leal (1859-1942) e por sua esposa Dulcina, entre março de 1893 e março de 1897, para os dois “apóstolos” que chefiavam os positivistas religiosos brasileiros.

Muitas destas cartas são de difícil leitura, tendo em vista a utilização de tinta ferruginosa para escrevê-las e a conseqüente corrosão do papel com o decorrer do tempo. Além da caligrafia não muito clara de Bagueira Leal, outro obstáculo para a leitura da referida documentação manuscrita decorre da utilização de uma ortografia peculiar para a época, seguindo as normas propostas pela Igreja Positivista do Brasil.¹ Também é preciso considerar que muitas das alusões presentes na correspondência escrita por Bagueira Leal e por sua esposa se tornaram incompreensíveis, pois remetem às respostas de Miguel Lemos e de Teixeira Mendes, não localizadas.

Porém, as dificuldades de acesso à documentação e de compreensão da mesma são compensadas pela riqueza das informações nela contidas. Deixando num segundo plano os assuntos de ordem familiar – onipresentes na mencionada correspondência –, neste artigo concentro-me mais especificamente nas referências feitas por Bagueira Leal à guerra civil que

* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
E-mail: pezat@terra.com.br

¹ No entender de Miguel Lemos, seguindo idéia exposta por Auguste Comte, a ortografia deveria refletir o estágio intelectual em que a sociedade se encontrava. Neste sentido, pouco depois da proclamação da República o fundador da Igreja Positivista do Brasil publicou um folheto em que propôs um conjunto de alterações na ortografia da língua portuguesa, sugerindo que as palavras passassem a ser grafadas exatamente como eram pronunciadas, com o som que as letras possuíam individualmente. Deste modo, a letra “c” jamais deveria fazer o som de “s”, assim como o “s” não poderia fazer o som de “z”. De outra parte, a “reforma ortográfica positivista” deveria banir a letra “h” do alfabeto, pois esta seria uma forma de manifestação do pensamento metafísico, visto que não tem som algum (Cf. LEMOS, Miguel. *Avizo sobre algumas modificações no nosso sistema ortográfico*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1890, p. 1-2).

dividiu politicamente o Rio Grande do Sul por trinta meses, entre fevereiro de 1893 e agosto de 1895, e à difusão do positivismo no Estado, temas acompanhados a partir de um privilegiado posto de observação pelo médico, militar e adepto da religião criada por Auguste Comte (1798-1857).

O Dr. Bagueira Leal e a ortodoxia positivista brasileira

Joaquim Bagueira do Carmo Leal nasceu em Barra do Itabapoana, Província do Rio de Janeiro, em 9 de agosto de 1859, filho de José Luiz Leal e de Angelina Bagueira Leal. No princípio da década de 1880, o Dr. Bagueira Leal – como então passou a assinar – se formou pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro. Na mesma época, com pouco mais de vinte anos de idade, na condição de membro da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, foi dos primeiros a aderir à vertente religiosa do pensamento de Auguste Comte, preponderante na instituição a partir de maio de 1881, quando Miguel Lemos assumiu a sua presidência. Inteiramente subordinado à direção de Lemos, Bagueira Leal aparece como um dos 22 subscritores da carta-circular por aquele endereçada aos “verdadeiros discípulos” de Comte em dezembro de 1883, através da qual ocorreu a ruptura dos positivistas ortodoxos brasileiros com Pierre Laffitte, que havia sido nomeado pelo próprio Auguste Comte como seu sucessor na direção dos trabalhos de propaganda da Religião da Humanidade na França e em todo o mundo.² A principal justificativa apresentada por Miguel Lemos para deixar de reconhecer a direção espiritual de Laffitte foi o fato de que este se recusou a censurar a Joaquim Ribeiro de Mendonça, um ex-presidente da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro que possuía escravos, em evidente desacordo com o pensamento do filósofo. Deste modo, os positivistas religiosos brasileiros dirigidos por Lemos se aliaram ao movimento positivista internacional dissidente da liderança conferida por Laffitte à propaganda do pensamento comtiano. Para marcar tal transformação, Lemos alterou a denominação da instituição que presidia, passando a chamá-la de “Centro Positivista do Brasil”.

Em 1886, com a conversão ao positivismo religioso da maior parte dos antigos membros do Centro Positivista, ocorreu a institucionalização da Igreja Positivista do Brasil, cuja direção continuou a ser exercida por Miguel Lemos, tendo Raymundo Teixei-

² Cf. LEMOS, Miguel. “Circulaire collective adressée à tous les vrais disciples d’Auguste Comte”. In: *L’Apostolat Positiviste au Brésil – rapport pour l’année 1883*. Rio de Janeiro: Église et Apostolat Positiviste au Brésil, 1885, p. 115-124.

ra Mendes na vice-direção.³ Um traço característico do grupo de positivistas religiosos brasileiros é que seus membros, em geral, eram jovens com idade inferior a trinta anos, com formação em engenharia (civil ou militar) e oriundos da nascente “classe média” nacional.⁴ Joaquim Bagueira Leal foi o segundo “confrade” a firmar sua filiação à agremiação religiosa dirigida por aqueles “apóstolos da Humanidade”. Em linhas gerais, sua origem social coincidia com a dos demais membros da agremiação religiosa fundada por Lemos. A diferença substancial entre Bagueira Leal e seus correligionários estava na profissão por ele exercida. De fato, poucos foram os médicos a aceitar o pensamento de Auguste Comte em sua integralidade, pois o filósofo francês foi um crítico feroz do que chamou de “tirania medicalista”, defendendo o livre exercício de qualquer profissão, inclusive dos ofícios ligados à área da saúde, e o fim dos privilégios conferidos por diplomas acadêmicos.

A adesão do jovem médico à religião fundada por Auguste Comte acarretou em algumas restrições de sua liberdade. Além de se empenharem em difundir a “religião demonstrável e científica” entre o proletariado e as mulheres, buscando substituí-la às crenças teológicas e metafísicas, os adeptos da Igreja Positivista do Brasil comprometiam-se a abdicar do exercício do magistério superior e de integrar associações científicas, literárias ou profissionais. Tais exigências e o rígido controle exercido pela direção da agremiação religiosa sobre a vida pública e privada de seus integrantes fez com que seu número jamais superasse uma centena. Embora pouco numerosos, os positivistas ortodoxos brasileiros participaram ativamente dos debates mais relevantes desenvolvidos no país entre a década final do Império e ao logo da Primeira República.

Antes do ocaso do Império, no final da década de 1880, o Dr. Bagueira Leal se incorporou ao Exército nacional e se transferiu para a Ilha do Bom Jesus, próxima ao Rio de Janeiro, onde passou a servir no Asilo dos Inválidos da Pátria. Nesta mesma época ocorreu seu casamento com Dulcina Bormann de Borges, nascida no Rio Grande do Sul.

Em março de 1890, poucos meses após a proclamação da República, Bagueira Leal publicou o seu primeiro texto a ser editado pela Igreja Positivista do Brasil. Tendo em vista as discussões em curso no sentido de estabelecer as bases constitucionais do novo regime político em vigor no Brasil, o médico positivista Leal defendeu a abolição de todas as leis que se opunham ao livre exercício da medicina e o fim das medidas repressivas da assim chamada “prática ilegal da medicina”.⁵ Tal manifestação fez com que Bagueira Leal recebesse severas críticas de seus colegas de ofício, além de diversas alusões irônicas feitas por jornalistas, em função das idéias expostas e da ortografia utilizada no texto em que as veiculou.

O Dr. Bagueira Leal permaneceu servindo no Asilo dos Inválidos da Pátria até o princípio de 1893, ocasião em que foi transferido para o Rio Grande do Sul, onde permaneceu até o primeiro semestre de 1897, quando retornou ao posto anterior. Sua estada no sul do país lhe valeu a promoção para a patente de capitão-médico do Exército. Durante este período em que esteve afastado da capital federal, Bagueira Leal manteve uma intensa correspondência com a direção da Igreja Positivista do Brasil. Em 1901 ocorreu sua transferência para a cidade do Rio de Janeiro e a promoção a major-médico. A partir de então, Bagueira Leal se aproximou ainda mais dos apóstolos Miguel Lemos e Teixeira Mendes, passando a freqüentar o Templo da Humanidade da rua Benjamin Constant n.º 74 – sede da Igreja Positivista do Brasil – com grande assiduidade e realizando inúmeras publicações de folhetos e de artigos na imprensa acerca de temas relacionados à saúde pública.

Em particular, Bagueira Leal se empenhou no combate à obrigatoriedade da vacinação contra a varíola e contra a febre amarela, percebida pelos positivistas religiosos como uma forma de “despotismo sanitário” praticada pelas autoridades públicas em função da pressão exercida pela classe médica. O assunto motivou várias intervenções escritas de Bagueira Leal, que assim procurou participar dos debates envolvendo higiene coletiva que movimentaram a

³ Posteriormente, ao historiador a evolução da propaganda da Religião da Humanidade no país, Teixeira Mendes estabeleceu o dia 11 de maio de 1881 como data de fundação da Igreja Positivista do Brasil. A data remete ao dia em que Miguel Lemos tomou posse na presidência da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro. Cf. MENDES, R. Teixeira. *Resumo cronológico da evolução do Positivismo no Brasil (publicação póstuma feita pela Delegação Executiva da Igreja Positivista do Brasil)*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1930, p. 11.

⁴ Tal perfil de “classe média” dos positivistas religiosos brasileiros se chocava com o propósito de Auguste Comte, que fundou a Religião da Humanidade com o propósito central de atrair o proletariado para o positivismo. Cf. CARVALHO, José Murilo de. “A ortodoxia positivista brasileira: um bolchevismo de classe média”. In: *Revista do Brasil*, ano IV, n.º 8, dez. 1989, p. 50-56.

⁵ Cf. LEAL, Joaquim Bagueira. *O regime republicano e o livre exercício da medicina*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1890, 2 p.

sociedade brasileira nos primeiros anos do século XX.⁶ Muitos desses textos de autoria do médico-militar e positivista religioso fluminense foram reproduzidos por diversos veículos de imprensa do sul do Brasil, principalmente pelo jornal *A Federação*, órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense.⁷ Bagueira Leal também traduziu para o português e promoveu a publicação de diversos textos de médicos estrangeiros que compartilhavam de posições similares às suas relativamente a assuntos de saúde pública.

Em meados da primeira década do século XX, em companhia da esposa e das três filhas, Bagueira Leal transferiu-se para a cidade de Lorena, no interior do Estado de São Paulo, onde permaneceu até o momento que antecedeu o início da Primeira Guerra Mundial, quando foi chamado de volta ao Rio de Janeiro. Quando ocorreu sua reforma do Exército, em 1919, o Dr. Bagueira Leal foi promovido a general-médico. Com mais tempo disponível, passou a escrever com maior frequência e não se prendendo apenas aos assuntos relativos ao exercício da medicina⁸. O volume da produção escrita por Bagueira Leal ao longo da República Velha permite que ele seja caracterizado como um dos mais importantes positivistas ortodoxos brasileiros, em companhia de Miguel Lemos e de Teixeira Mendes.

Com a morte de Teixeira Mendes, em 1927 (precedida dez anos antes pela morte de Lemos), a Igreja Positivista do Brasil passou a ser dirigida por um colegiado constituído pelos treze “confrades” mais antigos da agremiação religiosa, sendo que Bagueira Leal logo se destacou como um de seus membros mais ativos. As principais atividades de propaganda da Religião da Humanidade, como a exposição dominical do *Catecismo positivista* de Auguste Comte na sede da Igreja Positivista do Brasil, passaram a ser de sua responsabilidade.

Ainda antes do final do século XIX, o Dr. Bagueira Leal conseguiu converter sua irmã Genoveva Adelaide Bagueira Leal à religião fundada por Auguste Comte. Também realizou a doutrinação positivista das três filhas que atingiram a idade adulta, Rozália Nansi, Izabel Ofélia e Branca Dulcina, sendo que a primeira e a terceira se casaram com membros da Igreja Positivista do Brasil (respectivamente com Alípio Bandeira e com Artur Sampaio), enquanto que a segunda permaneceu solteira.⁹ Porém, não conseguiu converter Dulcina Bormann de Borges Bagueira Leal, a esposa, que permaneceu fiel a sua formação católica.

Joaquim Bagueira do Carmo Leal faleceu no dia 2 de fevereiro de 1942, no Rio de Janeiro, com a idade de 82 anos, sessenta dos quais vividos como adepto da religião positivista. Seu corpo foi velado no Templo da Humanidade da rua Benjamin Constant e sepultado no Cemitério São João Batista. Seu arquivo pessoal foi doado ao Museu da República, instalado no antigo Palácio do Catete, no Rio de Janeiro. Na mesma cidade, o arquivo da Igreja Positivista do Brasil abriga sua correspondência ativa com Miguel Lemos e com Teixeira Mendes e diversos documentos administrativos da instituição que por ele foram redigidos, além da coleção dos folhetos de sua autoria que foram editados por aquela agremiação religiosa. No Rio Grande do Sul, a Capela Positivista de Porto Alegre possui uma razoável parcela dos escritos de Bagueira Leal que foram editados pela Igreja Positivista do Brasil, além de inúmeros recortes de artigos de sua autoria que foram publicados por diversos jornais do país.

⁶ Entre os livros e folhetos através dos quais Joaquim Bagueira Leal procurou combater a obrigatoriedade da vacinação e outras medidas autoritárias tomadas pelos governantes em nome da saúde pública, todos editados pela Igreja Positivista do Brasil, podem ser citados os seguintes: *O despotismo sanitário perante a medicina*, 1901; *A vacina e sua obrigatoriedade*, 1903; *A questão da vacina*, 1904; *Notice historique sur la question de la vaccination obligatoire au Brésil*, 1910; *A vacinação obrigatória de forma torpe – uma sentença do Supremo Tribunal Federal*, 1920; e *O bolchevismo no Brasil e os exames medicos pre-nupciais*, 1927.

⁷ Ao longo das primeiras décadas do século XX, o jornal *A Federação*, de Porto Alegre, publicou dezenas de artigos do Dr. Bagueira Leal. Por exemplo: “O micróbio – o despotismo sanitário”, em 6 de fevereiro de 1902; “O que resta dos micróbios (carta do Dr. Bagueira)”, em 12 de março de 1903; “A vacina e a varíola no Rio de Janeiro”, em 14 de setembro de 1905; “A excomunhão dos não-vacinados”, em 2 de fevereiro de 1921; e “Plano diabólico contra um anti-vacinista”, em 11 de fevereiro de 1921. Acerca da participação do Dr. Bagueira Leal nos debates envolvendo a saúde pública no Rio Grande do Sul, ver WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar – medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense (1889-1928)*. Santa Maria: Editora da UFSM; Bauru: EDUSC, 1999, p. 31-82.

⁸ Deste período, entre os folhetos de sua autoria editados pela Igreja Positivista do Brasil e abordando assuntos variados, podem ser citados os seguintes: *Pour l’humanité – de la neutralité à l’état de guerre*, 1917; *A proposito da perseguição contra os analfabetos*, 1919; *Pela sagrada memória de Clotilde de Vaux*, 1919; *O positivismo e os animais – carta ao Dr. Eduardo Berdoe*, 1920; *A questão social e o positivismo*, 1920; *A mulher – sua preeminência*, 1921; e *A ordem social e o comunismo*, 1935.

⁹ Cf. DELEGAÇÃO EXECUTIVA DA IGREJA POZITIVISTA DO BRAZIL. *A Igreja Pozitivista do Brazil na hora da transformação de R. Teixeira Mendes*. Rio de Janeiro: Igreja Pozitivista do Brazil, 1928, p. 96-104.

O Dr. Bagueira Leal e os primórdios da Revolução Federalista

Quando o Dr. Joaquim Bagueira Leal, acompanhado da esposa, de duas filhas e de duas de suas irmãs, desembarcou no porto de Rio Grande, no dia 20 de fevereiro de 1893, fazia apenas quinze dias que João Nunes da Silva Tavares –ou Joca Tavares, como era conhecido– havia lançado seu manifesto conclamando os sul-rio-grandenses a pegarem em armas contra o governo de Júlio de Castilhos, empossado no dia 25 de janeiro daquele ano.

Porém, a situação política do Rio Grande do Sul estava conturbada desde algum tempo antes. Hegemônico no extremo sul do Brasil ao longo das duas últimas décadas do Império, o Partido Liberal subitamente foi afastado do poder em decorrência da proclamação da República, quando o Partido Republicano Rio-Grandense, sob a direção de Júlio de Castilhos, passou ao primeiro plano das articulações políticas no Estado. Percebendo que os republicanos gaúchos não tinham força suficiente para se manterem no poder isoladamente, face ao grande prestígio desfrutado por Gaspar Silveira Martins, principal líder dos liberais gaúchos, Júlio de Castilhos buscou uma aliança com os integrantes do antigo Partido Conservador e mesmo com dissidentes liberais, assim procurando criar as condições para a viabilização de um governo republicano provisório no Estado.

Deste modo, o Partido Republicano Rio-Grandense indicou o marechal José Antônio Corrêa da Câmara – Visconde de Pelotas –, militar que gozava de prestígio dentro das forças armadas e que havia sido senador pelo Partido Liberal, para exercer o governo provisório. Entretanto, os republicanos ocuparam todos os cargos de primeiro escalão do novo governo, gerando descontentamentos entre os conservadores e os poucos liberais que dele participavam. A situação se deteriorou rapidamente, fazendo com que o Visconde de Pelotas se exonerasse do governo do Estado em meados de fevereiro de 1890, menos de noventa dias após assumir o posto. Seu sucessor, o general Júlio Frota, igualmente indicado pelos dirigentes republicanos, também não chegou a completar noventa dias no cargo, em função de atritos com o governo central. O marechal Deodoro da Fonseca, chefe do governo republicano provisório, indicou para o governo do Rio Grande do Sul a Francisco da Silva Tavares, seu amigo pessoal e ex-integrante do Partido Conservador, desagradando a Júlio de Castilhos e aos demais republicanos gaúchos. Estes estimularam um movimento conspiratório entre os militares e a opinião pública contra Silva Tavares, deposto apenas uma semana após tomar posse no governo do Estado. Ao longo dos meses seguintes, sucederam-se no poder estadual o general Bittencourt e o general Cândido Costa, ambos nomeados pelo marechal Deodoro. Mesmo sem ocupar a linha de frente, Castilhos continuou desempenhando um papel preponderante nos bastidores das articulações políticas no Estado. Os partidários de Silveira Martins, aliados aos antigos conservadores e aos dissidentes republicanos, passaram então a se articular através da União Nacional, aliança de forças heterogêneas da política gaúcha que tinham em comum apenas a rejeição à liderança exercida por Júlio de Castilhos.¹⁰

Em função de denúncias de irregularidades no processo de alistamento dos eleitores, a oposição se absteve de participar da eleição dos deputados que integrariam o Congresso Nacional Constituinte, em 15 de setembro de 1890. Deste modo, toda a bancada gaúcha foi composta por representantes do Partido Republicano Rio-Grandense, tendo Júlio de Castilhos como líder principal. Os trabalhos dos constituintes no Rio de Janeiro se estenderam de 15 de novembro de 1890 até 24 de fevereiro de 1891, quando foi promulgada a primeira Constituição federal republicana. Em março do mesmo ano, o governador em exercício do Rio Grande do Sul Fernando Abbott marcou a eleição dos deputados que se encarregariam da elaboração da Constituição estadual para o mês de maio, sendo que um projeto de Constituição seria apresentado pelo governo como base para o trabalho dos constituintes. A comissão encarregada de elaborar o projeto de Constituição estadual era composta por Júlio de Castilhos, Assis Brasil e Ramiro Barcellos, mas acabou sendo inteiramente elaborado pelo primeiro. Deste modo, com algumas modificações, o projeto elaborado por Castilhos foi inspirado no projeto que Miguel Lemos e Teixeira Mendes haviam apresentado ao Congresso Nacional Constituinte em meados de 1890.¹¹

¹⁰ Cf. FRANCO, Sérgio da Costa. *A guerra civil de 1893*. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1993, p. 7-17.

¹¹ Ver LEMOS, Miguel & MENDES, R. Teixeira. *Bases de uma constituição política ditatorial federativa para a República brasileira*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1890. A semelhança entre a constituição castilhista e o projeto de constituição federal apresentado pelos diretores da IPB foi assinalada anteriormente por PINTO, Celi. *Positivismo – um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986, p. 36; e TRINDADE, Hélio. “O jacobinismo castilhista e a ditadura positivista no Rio Grande do Sul”. In: *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Porto Alegre: UFRGS, 1986-1990, vol. 14, p. 97.

Desta vez a oposição não se absteve, apresentando candidatos através do recém organizado Partido Republicano Federal, que propunha uma organização política parlamentarista, de acordo com o modelo inglês, com amplos poderes conferidos ao poder legislativo. Porém, como a legislação eleitoral não previa a representação das minorias, todos os deputados eleitos pertenciam ao Partido Republicano Rio-Grandense, que acabaram aprovando o projeto castilhista sem qualquer modificação substancial, sendo o texto promulgado no dia 14 de julho de 1891, em nome da família, da pátria e da humanidade, sem referência a Deus, como era comum em tais documentos.

De acordo com o projeto político de Auguste Comte, a Constituição republicana sul-riograndense não previa a existência de um poder legislativo autônomo e independente, havendo apenas uma “Assembléia dos Representantes” que se reuniria em dois meses do ano exclusivamente para tratar do orçamento estadual. A faculdade de legislar ficava nas mãos do presidente do Estado, que seria eleito diretamente para um mandato de cinco anos de duração, com possibilidade ilimitada de reeleição, sendo que no primeiro mandato após a entrada em vigor do texto constitucional o presidente seria eleito pelos constituintes. Como não havia justiça eleitoral, o processo de organização dos pleitos seria realizado pelo próprio governo, que assim afastava qualquer possibilidade de ser derrotado nas urnas. Os membros do poder judiciário seriam admitidos pelo chefe do poder executivo a partir de uma lista dos melhores colocados em concurso público. Estes e outros dispositivos procuraram disfarçar o caráter ditatorial da Constituição castilhista, mas a oposição liberal e os republicanos dissidentes logo passaram a exigir a sua revogação, alegando que ela feria disposições da Constituição federal.

Eleito pela Assembléia Constituinte estadual como presidente, Júlio de Castilhos foi empossado imediatamente. Enquanto isso, em nível nacional, a instabilidade econômica fez com que crescesse a impopularidade do marechal Deodoro, que tentou fechar o Congresso Nacional através de um golpe de estado, em 3 de novembro de 1891. Como Júlio de Castilhos ficou ao lado de Deodoro, quando este foi deposto, poucos dias depois, a oposição sul-riograndense aproveitou a oportunidade para afastar o líder dos republicanos gaúchos do governo estadual. Deste modo, em 12 de novembro daquele ano, teve início o que Castilhos caracterizou como “governicho”, caracterizado pela sucessão de uma série de governos instáveis compostos pelos republicanos dissidentes – entre os quais, Barros Cassal e Assis Brasil – e pelos liberais ligados ao ex-senador Silveira Martins. Entre aquela data e o dia 17 de junho de 1892, num espaço de pouco mais de sete meses, sucederam-se cinco governantes e juntas governativas diferentes no comando do Estado. Neste ínterim, ocorreu a morte de D. Pedro II, em Paris, de modo que muitos dos antigos liberais realizaram manifestações de saudosismo monárquico, o que acirrou as divergências com os republicanos dissidentes, com os quais estavam compartilhando o poder no Rio Grande do Sul. Enquanto isso, Castilhos procurou apoio entre os militares para tentar retomar o poder. Os conflitos se generalizaram no interior e na capital. A instabilidade política aumentou quando Silveira Martins retornou de seu exílio parisiense e determinou que o Partido Republicano Federal fizesse oposição ao governo, então nas mãos de Barros Cassal. De outra parte, a postura parlamentarista do velho senador gaúcho desagradou ao marechal Floriano Peixoto, sucessor do marechal Deodoro e convicto defensor de um poder executivo forte. Deste modo, em meados de 1892 os republicanos retomaram o poder no Rio Grande do Sul, pondo fim ao “governicho”. Reempossado, Júlio de Castilhos transmitiu o governo estadual ao deputado Vitorino Monteiro, que ficou com a incumbência de organizar a eleição direta para a presidência, buscando assim apaziguar a oposição. Esta, porém, se absteve de apresentar candidato ao pleito marcado para novembro de 1892, entendendo que não havia como derrotar a máquina política castilhista nas urnas, o que de fato se confirmou. Deste modo, os liberais gasparistas e os republicanos dissidentes passaram a organizar um movimento armado visando impedir que Castilhos tomasse posse. Por sua vez, o governo estadual criou a Brigada Militar e liberou verbas para a aquisição de armamento, assim preparando-se para o conflito.¹²

Portanto, no princípio de 1893 o confronto era iminente, de modo que o governo federal resolveu enviar novos regimentos para o Rio Grande do Sul. Para que isto ocorresse foi fundamental a eficácia do discurso desenvolvido por Castilhos, que atribuiu aos seus opositores o propósito de restauração da monarquia, assim conseguindo obter que o marechal Floriano Peixoto determinasse o engajamento do Exército ao lado dos republicanos gaúchos. Foi neste contexto que o médico-militar Joaquim Bagueira Leal e seus familiares chegaram à cidade de Rio Grande, menos de um mês após Castilhos ser empossado como presidente eleito do Estado. Na primeira carta que escreveu do Rio Grande do Sul a Miguel Lemos, em 7

¹² Cf. FRANCO, *op. cit.*, p. 18-42.

de março de 1893, o Dr. Bagueira Leal deixou transparecer a boataria que encontrou nos portos em que esteve antes de desembarcar em Rio Grande e o temor de que sua família fosse afetada pelo conflito:

Dizia-se em Paranaguá que os federais do Rio Grande já tinham feito a invasão e que muitos corpos do Exército já tinham se juntado a eles. Em Santa Catarina dizia-se que três cidades já tinham sido tomadas: Erval, Santana e Bagé. Mesmo fazendo grande redução nesses boatos, ainda ficava o bastante para inquietar-me. Via que dificilmente eu poderia escapar de servir com as tropas em operações e que nesse caso eu teria de ausentar-me de minha família. Além disso ser-me-ia bem desagradável servir em um batalhão que se passasse para os invasores. Formei então o plano de deixar minha família no Rio Grande, lugar sossegado, onde temos parentes; e ir eu só apresentar-me em Porto Alegre e seguir para onde me mandassem

e só levaria para junto de mim se fosse designado para Pelotas ou Porto Alegre.¹³

No princípio de fevereiro, efetivamente, cerca de quinhentos homens armados vindos do Uruguai sob a chefia de Gomercindo Saraiva ultrapassaram a linha de fronteira e se instalaram próximo ao rio Jaguarão, no município de Bagé, sendo repelidos por um batalhão da Brigada Militar comandado pelo coronel Mena Barreto. Em meados daquele mês, porém, numerosos grupos de invasores voltaram a ultrapassar a fronteira, acampando nas imediações de Santana do Livramento e tomando a cidade de Dom Pedrito no dia 23 de fevereiro. Mas as cidades de Erval, de Santana do Livramento e de Bagé não chegaram a ser atacadas naquele primeiro momento, de modo que eram destituídas de fundamento as notícias ouvidas por Bagueira Leal no porto de Paranaguá.¹⁴

Na passagem acima citada daquela primeira carta de Bagueira Leal a Miguel Lemos, também chama a atenção o seu temor de que o batalhão em que viesse a seguir se passasse para os “invasores”, revelando assim a simpatia do médico pelas forças castilhistas e a divisão existente dentro do próprio Exército nacional. Na mesma carta, Bagueira Leal também referiu a frieza do encontro que teve com o tio de sua esposa, que o “recebeu mais como um negociante que cumpre as ordens de um bom freguês de que como amigo e compadre”, o que pode indicar que ele era simpatizante dos federalistas. Bagueira Leal também relatou o encontro que teve com Antônio Azambuja e com Florimundo Torres Galindo, que haviam tido a iniciativa, dois anos antes, de fundar o Clube Cooperador Positivista Sul-rio-grandense, visando colaborar com a divulgação das publicações da Igreja Positivista do Brasil e com a propagação da Religião da Humanidade no extremo sul do Brasil. Embora tenha destacado a amabilidade com que foi tratado, Bagueira Leal assinalou que o clube parecia extinto. Ainda na carta que escreveu a Miguel Lemos em 7 de março de 1893, Bagueira Leal relatou que, após instalar os familiares em uma casa que alugou nas proximidades do porto de Rio Grande, seguiu para Porto Alegre no dia 24 de fevereiro, apenas quatro dias após a chegada àquela cidade. Na capital gaúcha, de imediato procurou o tenente-coronel Henrique Alberto Carlos, presidente do Clube Cooperador Positivista de Porto Alegre, mas este se achava ausente da cidade. Tais referências remetem a duas entidades pouco conhecidas, mas que desempenharam um importante papel na difusão do ideário comtiano na sociedade gaúcha dos primórdios da República.

O Clube Cooperador Positivista Sul-rio-grandense (sediado em Rio Grande), havia sido fundado em 26 de janeiro de 1891 por 24 sócios, quinze dos quais eram militares ou funcionários públicos envolvidos com as obras do porto da cidade. Menos de três meses depois foi criado o Clube Cooperador Positivista de Porto Alegre, liderado por Demétrio Ribeiro, ex-colega de Miguel Lemos na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Entretanto, não demorou para que o diretor da Igreja Positivista do Brasil se arrependesse da decisão de aceitar a existência daqueles dois clubes, que não lhe deviam inteira obediência, visto que seus integrantes não eram “confrades” da instituição religiosa por ele fundada. De fato, em maio de 1891 Demétrio Ribeiro e Miguel Lemos romperam suas relações, face ao apoio dado por este ao projeto de constituição elaborado por Júlio de Castilhos. Para Miguel Lemos, a Constituição castilhista de 14 de julho de 1891 era o código político “mais avançado do Ocidente”, como reiterou em diversas oportunidades. Quando Demétrio Ribeiro passou a criticar publicamente à Constituição estadual, Miguel Lemos o desautorizou, conclamando-o a se submeter à direção de Castilhos. A direção do Clube Cooperador Positivista Sul-rio-grandense não acompanhou a posição de Demétrio Ribeiro, mas o número de sócios contribuintes caiu bastante, fazendo com que suas atividades cessassem pouco a pouco. Com relação aos membros do Clube Cooperador Positivista de Porto Alegre, a maior parte acabou seguindo a dissidência republicana, ficando a instituição reduzida a uma existência meramente nominal, até que em 1894 suas atividades cessaram por completo.¹⁵

Em sua curta estada em Porto Alegre, conforme relatou a Miguel Lemos, Bagueira Leal tentou fazer uma visita a Júlio de Castilhos, mas este ainda estava dormindo, embora já

¹³ Todas as cartas de Joaquim Bagueira Leal e de sua esposa Dulcina a Miguel Lemos e a Teixeira Mendes citadas neste artigo estão depositadas no Arquivo da Igreja Positivista do Brasil (rua Benjamin Constant, n.º 74, bairro Glória, Rio de Janeiro – RJ). Visando facilitar a compreensão do texto, a ortografia foi atualizada.

¹⁴ Cf. FRANCO, *op. cit.*, p. 59-60.

¹⁵ Acerca das atividades dos simpatizantes do positivismo religioso que atuaram na cidade do Rio Grande no princípio da República, ver PEZAT, Paulo Ricardo. “O Club Cooperador Positivista Sul-rio-grandense e a propaganda da Religião da Humanidade na cidade do Rio Grande (1891-1894)”. In: *Biblos*, Rio Grande, n.º 11, 1999, p. 107-117.

passasse das dez horas da manhã, pois tinha hábitos notívagos. Apesar do fracasso de tal tentativa, ela é significativa da proximidade ideológica existente entre o governante gaúcho e os membros da Igreja Positivista do Brasil.

Apresentando-se aos seus superiores, o Dr. Bagueira Leal foi destacado para servir em Rio Grande, como era seu desejo. Segundo transpareceu no relato que fez a Miguel Lemos, para tal solução a contento teria pesado “a recomendação de amigos”, revelando assim a influência que os adeptos do positivismo tinham entre os militares no princípio do período republicano. Acerca do ambiente que encontrou na capital do Rio Grande do Sul no final de fevereiro de 1893, o médico positivista relatou o seguinte, naquela mesma carta escrita a 7 de março:

Encontrei nessa viagem muita exaltação e maior número de federalistas do que eu supunha, principalmente militares. Elas pronunciavam-se desbragadamente contra o governo. Havia em Porto Alegre movimento de tropas. A cidade ficou mal guarnecida porque alguns batalhões marcharam. [...]. Informei-me sobre o que se dizia a respeito da constituição, e segundo consideração geral ela não corre o menor perigo. O Castilhos ainda não cogitou de modificá-la.

Ainda na carta em questão, Bagueira Leal relatou que só tomou conhecimento da tomada de Dom Pedrito pelos revolucionários no dia 28 de fevereiro, quando retornou a Rio Grande. No seu entender, aquela conquista não duraria muito, pois o general João Telles havia chegado do Rio de Janeiro com 950 soldados e estava se dirigindo para a fronteira gaúcha com o Uruguai.

Inicialmente, as forças do general Telles se dirigiram para Santana do Livramento, em função da ameaça de ataque por parte de Joca Tavares, o comandante militar das forças revolucionárias. Este, porém, evitou combate com o general Telles e conduziu suas forças para Bagé. Enquanto o batalhão do general Telles entrou em Livramento no dia 17 de março de 1893, afastando a ameaça de um ataque dos federalistas àquela cidade, no dia seguinte um grupo de revolucionários tomou a cidade de Alegrete. De outra parte, no dia 20 daquele mês as forças do general Joca Tavares iniciaram um cerco a Bagé, desfeito apenas cinco dias depois com a aproximação das tropas do general João Telles. No final de março se ocorreram combates em Alegrete, Dom Pedrito e na região missioneira, com vantagem para as forças federalistas.

No dia 5 de abril de 1893, Bagueira Leal escreveu sua segunda carta a Miguel Lemos. Aquela data assinalava o 47º aniversário da morte de Clotilde de Vaux (1815-1846), a musa que inspirou Auguste Comte a dar uma feição religiosa ao seu pensamento, já nos últimos anos de vida. Lamentando não poder estar presente no Templo da Humanidade do Rio de Janeiro, onde seus correligionários estariam reunidos para ouvir a conferência de Teixeira Mendes em homenagem à “Santa Padroeira”, Bagueira Leal referiu a iniciativa que tomou para que a data fosse registrada pelo pequeno grupo de positivistas rio-grandenses que simpatizavam com a Religião da Humanidade:

Ao aproximar-se a data de hoje veio-me a idéia de que o pequeno grupo daqui podia servir para que ela não passasse despercebida. Lembrei-me então de reunir em um raminho algumas flores que outros, mais dignos, tem jogado sobre nossa Benfeitora. Comunicada a idéia ao Sr. Galindo, [...] foi ela aceita e graças a ele levada a efeito. O primeiro exemplar é esse que vos envio; saiu hoje às 8 ½ da manhã. Assim, apesar de modesta, é talvez essa a primeira homenagem pública a Clotilde de Vaux que no Brasil se faz fora do Rio de Janeiro.¹⁶

Portanto, mesmo sendo um recém chegado à cidade do Rio Grande, o Dr. Bagueira Leal logo se destacou como protagonista nas ações de propaganda da Religião da Humanidade no extremo sul do Brasil. Apesar da realização daquela iniciativa pioneira, fora da capital federal, no sentido de cultuar a Clotilde de Vaux, Bagueira Leal não se furtou de tecer

¹⁶ O “raminho de flores” mencionado por Bagueira Leal era, na verdade, um pequeno folheto de oito páginas. Na capa, sob o lema positivista “Ordem e Progresso”, constava o nome de Clotilde de Vaux e a referência ao aniversário de sua morte, tanto no calendário gregoriano como no calendário positivista. Nas páginas interiores do folheto constavam as palavras de Dante e de Thomas de Kempis repetidas diariamente por Auguste Comte em suas orações por sua inspiradora, bem como as traduções das mesmas feitas por Teixeira Mendes, além da transcrição do discurso pronunciado pelo positivista chileno junto ao túmulo de Clotilde em 31 de dezembro de 1879, traduzido pelo “capitão médico do Exército Joaquim Bagueira Leal”. Na contracapa do folheto aparecia o poema “Ave Clotilde”, adaptação feita pelo confrade José Mariano de Oliveira da “Ave Maria”, de Gounod. Cf. CLUB COOPERADOR POSITIVISTA SUL-RIO-GRANDENSE. *Commemoração do 47º aniversario da morte de Clotilde de Vaux*. Rio Grande: Typ. da Livraria Rio-Grandense, 1893.

algumas críticas aos membros do Clube Cooperador Positivista de Rio Grande, assinalando a Miguel Lemos que nas conversas que teve com Antônio Azambuja, seu presidente, este se mostrou mais interessado em demonstrar suas simpatias pelos revoltosos do que em falar sobre o positivismo. Bagueira Leal também registrou sua surpresa com o fato de que o correligionário Juvenal Miller ainda não fora visitá-lo.¹⁷ Acerca do movimento revolucionário em curso no Rio Grande do Sul, o médico-militar assinalou que as informações que lhe chegavam eram desencontradas, ora afirmando que as forças republicanas tinham grande número de baixas, ora dizendo que eram as forças federalistas que estavam sendo dizimadas. Por outro lado, referindo-se à guerra travada através dos jornais, Bagueira Leal mencionou a Miguel Lemos que o jornalista João José César, autor de inúmeros e violentos ataques a Júlio de Castilhos por meio das páginas do *Echo do Sul*, havia abandonado a cidade, temeroso de que fosse alvo dos governistas. De outra parte, registrou que o jornal *Diário do Rio Grande*, simpático ao castilhismo, freqüentemente fazia referências à Igreja Positivista do Brasil e aos seus diretores.

Em 8 de abril de 1893, apenas três dias após haver escrito a Miguel Lemos por ocasião da passagem do aniversário da morte de Clotilde de Vaux, Bagueira Leal voltou a lhe dirigir uma carta, referindo que fora surpreendido com sua transferência para Santa Vitória do Palmar, no extremo sul do país, justamente onde Gomercindo Saraiva tinha seus domínios. Temendo o abandono em que deixava sua família, Bagueira Leal alertou ao diretor da Igreja Positivista do Brasil acerca da possibilidade de ter de enviá-la para o Rio de Janeiro, caso a situação se agravasse no Rio Grande do Sul. Neste sentido, pedia-lhe para interferir em seu favor junto ao ministro da Guerra, para que fossem concedidas passagens aos seus familiares.¹⁸

No dia 14 de abril, já instalado em Santa Vitória do Palmar, Bagueira Leal tornou a escrever ao chefe dos positivistas religiosos brasileiros, assim relatando a situação que encontrou na viagem entre Rio Grande e aquela localidade:

Aqui cheguei no dia 12, depois de ter percorrido 40 léguas de campo em 3 dias numa diligência. No caminho só encontrei o pavor e a indignação, e não vi um só amigo do governo. Causava isso o fato de se apoderarem do gado do Gomercindo para venderem em Pelotas. Eu encontrei uma tropa de 800 reses. Os moradores da campanha temiam e anteviam que o mesmo sucederia à sua propriedade. Outra causa de indignação era o recrutamento forçado para formarem os corpos civis dos patriotas. É voz geral que esses soldados a contragosto se passarão para o inimigo logo.

Portanto, o fato de que o Exército nacional estivesse engajado ao lado das forças governistas não impedia que Bagueira Leal percebesse os atos de banditismo que estas praticavam. Apesar de se identificar ideologicamente com o projeto político castilhista, o médico-militar procurava entender a postura daqueles que lhe faziam oposição.

Ainda em abril de 1893, após diversos reveses nos choques com as forças revolucionárias, as forças governistas organizaram a Divisão do Norte, integrada principalmente por soldados recrutados entre a população do planalto rio-grandense. Entre seus chefes militares estavam os coronéis Salvador Pinheiro Machado, Manoel do Nascimento Vargas e Aparício Mariense. A partir de então, as forças fiéis a Júlio de Castilhos passaram da defensiva para a ofensiva contra os grupos federalistas liderados por Joca Tavares, Gomercindo Saraiva, Aparício Saraiva, Rafael Cabeda, Juca Tigre e Prestes Guimarães, dentre outros.¹⁹

Em 18 de junho de 1893, após um silêncio de mais de dois meses, Bagueira Leal voltou a escrever a Miguel Lemos, ainda de Santa Vitória do Palmar. Neste ínterim, aquela localidade havia sido cercada e atacada pelas forças de Gomercindo Saraiva, conforme o relato do confrade positivista ao seu líder religioso:

A invasão teve lugar na noite de 25 para 26 de abril. Os inimigos saquearam uma casa de negócio do Chuí, passaram depois bem junto à cidade, mataram um pobre preto de 70 anos e cortaram o telégrafo tanto para o Rio Grande como para o Chuí. As informações diziam que era em número de 400. Eu estava plenamente convencido que íamos ter a sorte de D. Pedrito. Porque não contava com a força

¹⁷ O tenente Juvenal Miller mantinha relações com Miguel Lemos e com Teixeira Mendes desde o tempo em que estudou na Escola Militar do Rio de Janeiro, no final do Império. Posteriormente foi um dos fundadores da Escola de Engenharia de Porto Alegre, duas vezes intendente da cidade do Rio Grande e vice-presidente do Rio Grande do Sul durante a gestão de Carlos Barbosa Gonçalves. Sobre o assunto ver PEZAT, Paulo Ricardo. "Juvenal Miller e a difusão do positivismo nos primórdios da República". In: ALVES, Francisco das Neves (org). *Por uma história multidisciplinar do Rio Grande*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1999, p. 187-194.

¹⁸ Cf. carta de Joaquim Bagueira Leal a Miguel Lemos, 8 de abril de 1893. Arquivo da Igreja Positivista do Brasil.

¹⁹ Cf. FRANCO, *op. cit.*, p. 61-64.

que tínhamos, composta de 80 homens de infantaria comandados por um alferes, 40 de cavalaria sob as ordens de um tenente e uns 300 civis. Segundo me diziam, a maior parte dos civis eram gomercindistas; o tenente da cavalaria era dominado por um alferes ultra-federal. Eu só confiava na infantaria, que eu julgava insuficiente contra tantos inimigos reunidos.

Os invasores julgaram que era suficiente cortar a linha telegráfica em um só ponto, que felizmente aconteceu ser a uma légua somente da cidade. Tendo-se eles afastado para a estância do Gomercindo, deu-se logo com a interrupção e fez-se o reparo. Enquanto eles nos supunham privados de comunicações, nós aproveitamos o restabelecimento da linha, que podia ser por pouco tempo, para pedirmos reforço. Eu tomei a iniciativa. Telegrafei ao Coronel Sampaio, comandante da guarnição, no Rio Grande.

Os socorros demoraram muito, porque vieram de Rio Grande em um iate pela lagoa Mirim. Só a 1^o de maio é que chegaram 100 praças de infantaria. Enquanto esperávamos o reforço, o inimigo aumentava de número pelo recrutamento e pelas adesões, preparando-se para atacar a cidade. Quando deram-se pelo restabelecimento do telégrafo, fizeram na linha tal destruição que mais tarde foram precisos 10 dias para concertá-la.

Felizmente não animaram-se a atacar a cidade, e deram tempo a que chegasse o reforço. Com a chegada deste coincidiu a partida do tal alferes federalista que dominava o tenente da cavalaria. A guarnição assim unida tornou-se forte. Fizeram-se então três sortidas em perseguição de inimigo, da qual resultou a sua expulsão completa. Nós apenas perdemos dois soldados de cavalaria, e eles perderam 19, e fugiram todos, em número de 200. A 13 de maio estava tudo acabado neste município. Eu tomei parte em uma das sortidas. Mas tantos horrores vi praticados pelos nossos que resolvi não mais acompanhá-los senão quando não fosse possível evitar. Foi nessa ocasião que incendiaram a estância de Gomercindo. A única coisa que me deixou impressão agradável nessa expedição foi dos nossos soldados combatendo aos gritos de Viva a República.

Como se depreende do relato de Bagueira Leal, a maior parte da população civil de Santa Vitória do Palmar estava ao lado dos federalistas, o que pode ser atribuído ao fato de que Gomercindo Saraiva, um dos principais líderes das forças revolucionárias, tinha sua estância justamente naquela região, onde integrou a Guarda Nacional nos tempos do Império. De outra parte, mesmo entre os oficiais do Exército havia quem simpatizasse com os revolucionários. Também chama a atenção na passagem acima o descontentamento de Bagueira Leal com o tratamento dispensado pelas forças governistas às forças que derrotavam.

Na mesma carta, Bagueira Leal referiu a Miguel Lemos haver lido nos jornais de Porto Alegre que lhe chegavam às mãos a notícia de que Demétrio Ribeiro e Henrique Alberto Carlos haviam declarado a intenção de se afastarem da Igreja Positivista do Brasil caso os seus dirigentes não rompessem com Castilhos. Acrescentou que esperava o mesmo de Antônio Azambuja, presidente do Clube Cooperador Positivista Sul-rio-grandense, que seria “apologista da revolução”. Bagueira Leal mencionou ainda haver dado parte de doente e solicitado sua remoção para Rio Grande, visando dar assistência aos seus familiares.

Enquanto isto, a esposa de Bagueira Leal – que era gaúcha – escreveu uma carta a Teixeira Mendes, vice-diretor da Igreja Positivista do Brasil, em que fez a seguinte consideração acerca da situação da cidade do Rio Grande em meio ao conflito:

Os meus patrícios, na maioria negociantes, só têm uma idéia, ganhar bastante dinheiro. De tudo se deve tirar proveito, dizia Epiteto. O proveito que eu tiro é que com esse excessivo amor pelo comércio, eles não se ocupam com os barulhos e assim os federais vão nos deixando em paz por aqui.²⁰

Mas tal tranqüilidade que, na ótica de Dulcina Bagueira Leal, pairava sobre a cidade do Rio Grande, não durou muito tempo. No princípio de julho de 1893, o almirante Wandenkolk tentou tomá-la com o auxílio de quatro embarcações, sendo repellido pelas forças governistas. O evento precedeu em poucas semanas à eclosão da chamada “revolta da Armada” no Rio de Janeiro, quando amplos setores da Marinha se sublevaram, liderados pelos almirantes Custódio de Melo e Saldanha da Gama, procurando depor o marechal Floriano Peixoto da presidência da República e bombardeando a capital federal. A partir de então se estabeleceu uma aliança entre os revoltosos gaúchos e os revoltosos da Marinha.²¹

Após seis meses retido em Santa Vitória do Palmar, o Dr. Bagueira Leal conseguiu retornar a Rio Grande em outubro de 1893. Escrevendo a Miguel Lemos em 7 de novembro daquele ano, assim o médico-militar resumiu a evolução dos acontecimentos durante o tempo

²⁰ Cf. carta de Dulcina Bagueira Leal a Teixeira Mendes, 30 de junho de 1893. Arquivo da Igreja Positivista do Brasil.

²¹ Cf. FRANCO, *op. cit.*, p. 65-69.

em que esteve afastado de sua família:

Durante essa ausência, quanto acontecimentos! Além da doença grave de minha mulher, [...] da tentativa do Wandenkolk de invasão sobre esta cidade onde estava minha família, etc, deu-se, para coroar a obra, o falecimento de minha adorada mãe a 14 de setembro em S. João da Barra, cuja notícia recebi ainda em Santa Vitória. O estado de coisas do Rio de Janeiro tem-nos desgostado muito, não só pelo conflito em si, que revolta a alma de quem possui sentimentos patrióticos, mesmo rudimentares, mas pelo perigo que correm nossas amigas, congreiras e parentas juntamente com as pessoas do nosso sexo que lhes estão ligadas. [...]. Quem diria, quando eu de lá parti para vir meter-me no torvelinho do Rio Grande do Sul, que lá os estragos do anarquismo seriam muito maiores? [...]. Tomara já isto terminado com vantagem para a Pátria. Às vezes me parece que a Ditadura Republicana vai ser a terminação de tudo isto. Assim estivesse o Floriano na altura.

O Dr. Bagueira Leal, portanto, mostrou-se surpreso com o fato de que o Rio de Janeiro estava mais agitado do que o Rio Grande do Sul. De outra parte, revelou a esperança de que uma ditadura republicana, tal como fora concebida por Auguste Comte, pusesse fim ao “anarquismo” em que a capital federal estaria mergulhada, apenas lamentando que o marechal Floriano Peixoto não estivesse em condições de concretizar tal aspiração.

Enquanto isto, os conflitos entre os revoltosos federalistas e as forças governistas se disseminaram por todo o Rio Grande do Sul, não mais se restringindo às áreas de fronteira com o Uruguai e com a Argentina. Nem mesmo as áreas de colonização alemã e italiana ficaram a salvo dos efeitos da guerra civil em que a sociedade gaúcha mergulhou.²²

Mas alguns dos principais combates envolveram as forças revolucionárias lideradas por Gomercindo Saraiva e a Divisão do Norte, que as perseguiu por todo o Estado, até que elas atravessaram a fronteira com Santa Catarina e depois atingiram o Paraná, percorrendo mais de 2.500 quilômetros e dando uma nova dimensão ao movimento.²³

Um episódio marcante da Revolução Federalista ocorreu em 28 de novembro de 1893, quando as forças de Joca Tavares atacaram as forças do general Isidoro Fernandes e do coronel Manoel Pedroso perto da estação ferroviária do Rio Negro, no município de Bagé. Derrotadas, as forças governistas se renderam, o que não impediu que cerca de 300 castilhistas fossem degolados, numa prática que não era inteiramente inédita na região. Os militares do Exército, porém, tiveram suas vidas poupadas. Logo depois as forças de Joca Tavares sitiaram a cidade de Bagé. No princípio de dezembro de 1893, Bagueira Leal foi chamado para acompanhar os três mil homens das forças do coronel João César Sampaio, mobilizadas para libertar Bagé. Com a chegada dessas forças governistas, após quarenta dias de cerco, os federalistas abandonaram a cidade sem conseguirem conquistá-la.

O Dr. Bagueira Leal passou todo o primeiro semestre de 1894 acompanhando as forças do coronel Sampaio pela campanha gaúcha, cruzando pelos municípios de Bagé, Santana do Livramento, São Gabriel, Alegrete. Em carta que escreveu de Rio Grande a Miguel Lemos, em 19 de fevereiro de 1894, Dulcina Bagueira Leal relatou que recebia poucas notícias do esposo, tendo em vista a irregularidade dos serviços de correio. A última carta que havia recebido era do final de dezembro do ano anterior. Concluindo sua mensagem ao diretor da Igreja Positivista do Brasil, a esposa do médico-militar fluminense referiu: “A extinção dos federais está se tornando um trabalho das Donaides. Quando se fartarão esses miseráveis de roubar e matar? O que se diz da campanha é medonho!”. A situação de Dulcina Bagueira Leal era particularmente difícil, pois tinha um irmão de 19 anos engajado ao lado dos revolucionários.²⁴

No dia 1º de março de 1894, acampado nas proximidades de Bagé junto com a Divisão do Sul, comandada por Sampaio, Bagueira Leal aproveitou para escrever a Miguel Lemos. Nesta carta ele referiu de forma mais clara o episódio da degola dos castilhistas por parte dos federalistas, no rio Negro, e detalhes do longo cerco de Bagé:

Aqui as coisas vão melhor. O desastre do rio Negro foi a última vitória dos degoladores, capitaneados por Joca Silva. Logo em seguida sitiaram Bagé; apertaram o sítio a 20 de dezembro, apoderando-se à

²² Cf. GERTZ, René. “A Revolução de 1893 nas regiões de colonização alemã”. In: *Caderno Porto & Vírgula*, n.º 3, Porto Alegre, Secretaria Municipal de Cultura, 1993, p. 43-50; e CONSTANTINO, Núncia Santoro de. “Italianos no processo revolucionário”. In: FLORES, Moacyr (org). *1893-95: a revolução dos maragatos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993, p. 75-81.

²³ Cf. REVERBEL, Carlos. *Maragatos e Pica-paus – guerra civil e degola no Rio Grande*. Porto Alegre: L&PM, 1985, p. 23-36.

²⁴ Cf. carta de Dulcina Bagueira Leal para Miguel Lemos, 15 de março de 1894. Arquivo da Igreja Positivista do Brasil.

noite de toda a cidade, exceto da pequena praça central. A guarnição aí entrincheirada combateu heroicamente, comandada pelo coronel Carlos Telles, irmão do general que aí faleceu. Debaixo de um fogo vivo e contínuo, resistiu até a nossa chegada, sendo por fim obrigada a alimentar-se de cães, ervas, frutas verdes, etc. À aproximação de nossas forças, os bandidos abandonaram o sítio, tendo aí perdido cerca de 400 homens. Cometeram antes as maiores atrocidades, incendiaram grande número de casas, saquearam quase todas, assassinaram pelo seu sistema os republicanos que puderam pegar.

A tomada da cidade era de uma importância capital para essa gente por causa das oito peças e da muita munição que continha. Um pouco mais de habilidade de Joca Silva teria conseguido. Bastava o sítio ter sido apertado alguns dias antes de 20 de dezembro. Foi a 10 de janeiro que a nossa coluna expulsou os inimigos de Bagé. Continuamos em sua perseguição por toda a fronteira até Santana do Livramento. Aproximamo-nos de Uruguaiana, passamos por Alegrete, Rosário, S. Gabriel, donde os expulsamos, depois de algumas horas de combate. Em Alegrete eles queimaram a única ponte por onde poderíamos continuar a perseguição.

Na mesma carta Bagueira Leal lembrou que já completara um ano de sua chegada ao Rio Grande do Sul, sendo que neste período só conseguira ficar três meses em Rio Grande, na companhia de sua esposa, de suas filhas e de suas irmãs, passando o resto do tempo em Santa Vitória do Palmar e em acampamentos na campanha. E acrescentou: “Isso são os grandes espinhos. Fora disso, estou satisfeito porque estou no meu papel. Fisicamente, tenho suportado bem as longas marchas. Estima e consideração dos meus camaradas e até dos chefes não me tem faltado”.

Em março de 1894, as forças fiéis ao marechal Floriano Peixoto conseguiram derrotar a frota do almirante Custódio de Melo, que tentou conquistar a ilha do Desterro (atual Florianópolis). Rechaçada, esta frota tentou desembarcar em Rio Grande no princípio do mês de abril, chegando a realizar bombardeios sobre a cidade. Mas novamente não obteve sucesso, buscando asilo no litoral uruguaio. De outra parte, no princípio de abril as forças governistas conseguiram se vingar do episódio do Rio Negro. No dia 5 daquele mês as forças comandadas pelo coronel Firmino de Paula derrotaram um grupo de revoltosos na localidade de Boi Preto, próximo de Palmeira das Missões, ocasião em que cerca de 370 maragatos foram degolados.²⁵

Por seu lado, o Dr. Bagueira Leal só conseguiu retornar a Rio Grande no princípio de junho de 1894. Obteve então uma licença de alguns dias para fazer uma viagem a Santa Catarina. De volta a Rio Grande, em carta escrita no dia 26 de julho de 1894 (ou 10 de Dante de 106, segundo o calendário positivista, referido em toda a sua correspondência), o médico positivista relatou a Miguel Lemos o que viu na capital catarinense:

Parece que as execuções que se tem dado no Desterro não são destinadas à publicidade. Os condenados embarcam como para o Rio e ficam em uma fortaleza (Santa Cruz) que há na entrada norte do canal. As famílias ainda estão na ignorância e pedem notícias aos que vem do Rio. Os pormenores que aí se contam são quase todos fantasiados, principalmente a presença obrigatória na execução dos parentes para aumentar o suplício. O governador, depois de os fazer embarcar, não se ocupa mais com eles.

O governador de Santa Catarina que seria conivente com o assassinato dos revoltosos da Marinha, mencionado por Bagueira Leal na passagem acima, era o coronel Antônio Moreira César, que poucos anos depois teria um papel destacado no massacre dos seguidores de Antônio Conselheiro, no sertão baiano.

Naquela mesma carta que escreveu a Miguel Lemos no final de julho de 1894, Bagueira Leal comunicou a seu chefe religioso que havia sido designado para servir em Pelotas, para onde se transferiria em breve, levando a esposa, as filhas e as irmãs consigo. Tal mudança não agradou a Bagueira Leal, que assim viu afastar-se a possibilidade de retornar ao Rio de Janeiro.

A revolução sofreu um golpe decisivo com a derrocada de Gomercindo Saraiva na fronteira do Paraná com São Paulo, fazendo com que passasse a retroceder em direção ao Rio Grande do Sul, onde reingressou no final de maio de 1894, imediatamente sendo perseguida pelas forças da Divisão do Norte. Em 10 de agosto daquele ano, Saraiva foi morto por um tiro certo quando se preparava para uma batalha contra as forças governistas. A partir de então, a rendição dos federalistas passou a ser uma questão de tempo, tendo em vista a evidente inferioridade de suas forças.

As tentativas de pacificação do Rio Grande do Sul na visão de Bagueira Leal

²⁵ Cf. REVERBEL, *op. cit.*, p. 50-58 e 82-85.

Em carta que escreveu de Pelotas a Miguel Lemos, em dia 4 de outubro de 1894, o Dr. Bagueira Leal salientou que a situação estava um pouco mais calma no sul do Estado, pois as forças de Joca Tavares haviam se internado no Uruguai. Mas os boatos de novas invasões eram constantes. Deste modo, Miguel Lemos não deve ter ficado surpreso quando Bagueira Leal, na carta que lhe escreveu em 13 de novembro de 1894, comunicou que houvera um novo confronto entre as “nossas forças e as de Joca Silva, com vantagem para as nossas, que, entretanto, já ouvi dizer que tiveram quarenta baixas”. Em nova carta que remeteu ao diretor da Igreja Positivista do Brasil no dia 19 de dezembro de 1894, Bagueira Leal relatou:

Muitos boatos continuam aqui a circular. A epidemia dos boatos estendeu-se por todo o Brasil. Aqui ameaçam-nos continuamente com ataques dos federais a esta cidade. O que é verdade é que os grupos que andam pela campanha são bastante volumosos e bastante audazes, e não parece provável que desapareçam tão cedo.

Do Rio também chegam-nos alguns boatos. Dizem que a Guarda Nacional tentou depor o Presidente por causa da ordem de desaquartelamento, o que foi impedido pelo Exército, cujo 23º Regimento teve de matar muitos guardas nacionais.

Como revelam as palavras de Bagueira Leal, os federalistas não pensavam em rendição, mesmo não tendo possibilidade de saírem vencedores do conflito com as forças leais a Júlio de Castilhos. Além disso, os boatos e as fofocas continuavam sendo ingredientes onipresentes na guerra civil em que o Rio Grande do Sul estava envolvido havia quase dois anos. Neste sentido, naquela mesma carta Bagueira Leal relatou um encontro que teve com um superior hierárquico e as inconfidências por este feitas:

Tendo eu feito hastear a bandeira da República no dia 23 de novembro, tive de ouvir alguns dias depois do comandante da guarnição daqui, que é o muito conhecido coronel Lobo Botelho, longas preleções acerca [...] do golpe de Estado, das qualidades do marechal Deodoro, etc. Era com lágrimas nos olhos que o coronel falava nesse seu amigo. Deleita-se em referir episódios de suas relações com o marechal, de quem foi secretário militar. Entre outras coisas, contou-me que uma vez o marechal escreveu uma carta ao Rui [Barbosa], de que ele coronel foi portador, convidando-o a tomar conta do governo, ao que o Rui negou-se. De que nos livramos nós.

Contou-me também que a criação da pasta da Instrução Pública é obra sua. Convenceu manhosamente o Marechal a criar esse Ministério como meio de retirar Benjamin Constant da pasta da Guerra, pois com esse ministro ele nada podia conseguir.

Disse também que o Floriano fraqueou quando recebeu o convite para assumir a presidência, convite de que ele foi o portador. Mas não me disse em que consistiu esse fraqueamento.

Como se percebe, em Pelotas a situação de Bagueira Leal ficou mais confortável, pois deixou de correr o perigo a que esteve exposto quando acompanhou as tropas do coronel Sampaio na região da campanha. Na condição de capitão-médico do Exército, passou a exercer a chefia da enfermaria militar da cidade. Além de privar da companhia da cúpula militar, o médico fluminense também pôde se instalar confortavelmente em uma casa situada na rua Félix da Cunha, no centro da cidade.

No final de 1894 ocorreu a posse de Prudente de Moraes na presidência da República. Entre as suas prioridades estava a de encaminhar a pacificação do Rio Grande do Sul. Mas os conflitos continuavam se sucedendo com frequência no sul do Brasil, conforme Bagueira Leal relatou em carta que escreveu a Miguel Lemos em 26 de março de 1895:

[...] no interior deste Estado, as coisas tem sido cada vez mais vergonhosas. O habitual descuido de nossos chefes, de que os inimigos tem tido a sorte de se aproveitar, apesar de serem igualmente inábeis, tem-nos causado cruéis decepções. Um magote de bandidos cai de sopetão em uma localidade, mata quem quer, rouba quanto quer, sem lhe causar o menor abalo a força que está de guarnição, a qual, quando dá pela coisa, já eles estão longe com a presa, deixando apenas as vítimas escolhidas. E assim vão morrendo um a um os chefes locais do castilhismo.

O Sampaio, apesar de tantas boas qualidades que tem, também descuidou-se um dia destes bastante, e o seu descuido causou um estrago imenso. Surpreendido com pouca munição por um número de inimigos quatro vezes maior, perdeu cinco oficiais, dos quais dois muito distintos por sua conduta. O Telles também dizem que tem apanhado. Em suma, os horizontes estão muito negros.

O telégrafo já noticiou a próxima retirada de corpos daqui para São Paulo e Santa Catarina. É a “pacificação” que começa. O bom êxito com que se tem praticado muitos atos para os quais é preciso certa coragem pode animar seus autores a irem mais longe. [...]. Desejo muito que não haja alteração séria de ordem pública. Muito confio no patriotismo dos republicanos, mas não confio na sua orientação. No que eu confio mais é no Floriano Peixoto [...].

Nas palavras de Bagueira Leal se percebe certa inconformidade com os rumos que estavam tomando as iniciativas de pacificação do Rio Grande do Sul patrocinadas por Prudente de Moraes. No entender do médico, as forças castilhistas estariam sendo ingênuas e se deixando envolver pelos inimigos.

Infelizmente, as respostas de Miguel Lemos a Bagueira Leal não foram localizadas. Mas a seguinte passagem da carta que este remeteu ao fundador da Igreja Positivista do Brasil em 25 de abril de 1895 permite que se vislumbre uma certa crítica de Lemos a Floriano Peixoto e mesmo a de Júlio de Castilhos:

Recebi a vossa carta, reproduzida, de 17 de Arquimedes, na qual, depois de relatardes o último plano que se elaborou em relação à sorte deste Estado, e de preverdes o seu mau sucesso, dizeis algumas palavras sobre a atitude que devem manter os positivistas diante dessas lutas. [...] Não sei se tereis suposto que eu tenha tendência a cair no florianismo ou no castilhismo. Posso garantir-vos que não corro esse perigo, apesar de parecer-me que o Floriano é o político mais importante que o Brasil tem dado depois de José Bonifácio e Benjamin Constant. Quanto ao Castilhos, me parece que se distingue muito de seus colegas de democratismo. Sem qualidades políticas e ponto de vista pátrio, que seus colegas não costumam ter, ele não teria levado avante a bela Constituição do Rio Grande. A minha estima por eles ainda não vai ao entusiasmo.

Enquanto isso, naquele mesmo mês, o almirante Saldanha da Gama invadiu o Rio Grande do Sul por terra, acompanhado de marinheiros mal armados e despreparados para o tipo de embates que ocorriam na campanha gaúcha. Assim ficava evidenciada a debilidade a que estavam reduzidas as forças revolucionárias, que mesmo assim continuavam antepondo obstáculos à ação governamental.

Em maio de 1895, o presidente Prudente de Moraes enviou o general Inocêncio Galvão de Queiroz para o Rio Grande do Sul, na condição de comandante do 6º Distrito Militar. Sua principal missão era a de encaminhar um acordo de pacificação entre as forças federalistas e as forças castilhistas, pondo fim à guerra civil em que o Estado sulino estava mergulhado desde o princípio de 1893.²⁶ No dia 10 de junho de 1895, em carta que escreveu a Teixeira Mendes, o Dr. Bagueira Leal expôs o seu ponto de vista acerca do general Queiroz e das iniciativas que havia tomado para encerrar os conflitos no Rio Grande do Sul:

Aqui a grande novidade é a chegada do novo comandante das Forças, general Inocêncio de Queiroz. Chegou hoje a esta cidade, onde vem estabelecer o seu quartel general. É um velho simpático, e vê-se que é um homem sério. No seu discurso, na apresentação que houve hoje, não se refere aos maragatos como a inimigos da Pátria. Trata-os de irmãos desviados que anseiam por voltar aos seus lares, onde devem ser recebidos com abraços. Vem disposto a empregar meios brandos, deixando a guerra para o caso de eles não darem resultado.

Me parece que essas atitudes assim é que têm prolongado a guerra até hoje. O novo general, com o seu programa, creio que só conseguirá garantir a continuação dela. Ele parece ter vindo com os ouvidos cheios contra o partido dominante. A generosidade com que se tem tratado os inimigos nem ao menos consegue atrair as simpatias gerais, porque a imprensa deles, muito mais ruidosa, fora do estado e do país, adultera tudo da maneira mais indigna.

Como pano de amostra vieram justamente hoje, dia da chegada do general, cinco patriotas gravemente feridos. Em número de 50 guarneciam a estação de "Basílio" da estrada de ferro que conduz a Bagé. Os inimigos os atacaram; foram repelidos com a perda de um tenente, mas deixaram dois mortos e esses feridos.

A passagem acima revela que, embora reconhecendo a afabilidade pessoal do general Queiroz, Bagueira Leal entendia que o encarregado pelo governo central de promover a pacificação do Estado deveria ser mais duro com os federalistas e tratá-los como perdedores, impondo-lhe sanções, e não equipará-los aos governistas.

Numa nota que acrescentou ao final desta mesma carta que escreveu a Teixeira Mendes em 10 de junho de 1895, ainda acerca do general Queiroz, Bagueira Leal mencionou que, "[...] na verdade, tem havido aqui da parte das autoridades governistas abusos incalculáveis. Ele parece ter vindo mais preocupado com a repressão desses abusos do que com a derrota dos inimigos. Não lhe falta energia". Assim, mesmo reconhecendo que o governo estadual cometia atos abusivos, Bagueira Leal entendia que estes deveriam ser mais tolerados do que aqueles cometidos pelos revolucionários.

Em 27 de julho daquele ano, numa carta que escreveu a Teixeira Mendes, Bagueira Leal voltou a relatar o andamento dos acontecimentos relativos à tentativa de pacificação do Rio Grande do Sul. Inicialmente, Bagueira Leal assinalou que Pelotas havia se tornado o centro do movimento militar, em função do estabelecimento ali do quartel general do comandante-em-chefe das forças em operação – o general Queiroz – e o conseqüente aumento das forças que guarneciam a cidade, o que acarretou em aumento do trabalho na enfermaria militar, que estava sob sua responsabilidade. Em seguida, Bagueira Leal relatou os encontros que teve com o general Queiroz e a impressão que este lhe transmitiu:

²⁶ Cf. FRANCO, *op. cit.*, p. 88.

Tive de me apresentar a ele. Suas intenções, opiniões, maneiras, etc, preocuparam a todos aqui, a mim como aos outros. Tinha lido nas vésperas, na biografia de Benjamin Constant, que ele tinha sido seu companheiro em uma comissão que balanceou o forte de Itapirú. Essa circunstância me dispôs a favor dele. Contudo, já não foi muito favorável a impressão que me causou a sua primeira ordem do dia e o seu discurso de apresentação, pela deferência com que tratava os inimigos da Pátria, contrastando com o rigor com que ameaçava punir os abusos dos que os combatiam. Depois veio de Porto Alegre o chefe do serviço médico militar no Estado, meu amigo, a quem eu tive de fazer companhia constante durante todo o tempo que aqui esteve. Em vista disto tive de assistir a diversas longas conferências do chefe médico com o tal general. Caí das nuvens. Discursador, pretensioso, fazendo ostentação de hombridade, de poder, de habilidade na politicagem, atacando o seu antecessor, tudo isso numa linguagem baixa e inconveniente, foi como se revelou o general em chefe, que começou logo chamando para junto de si os mais suspeitos à República, deixando, entretanto, para simular republicanismo, junto à sua pessoa alguns florianistas em cargos subalternos. Compreendi logo que este homem vinha prolongar a revolução e trazer para este Estado o reacionarismo do centro.

Na mesma carta, Bagueira Leal mencionou que estava com o general Galvão quando este recebeu a notícia da morte do almirante Saldanha da Gama por forças comandadas pelo coronel governista João Francisco Pereira de Souza, ocorrida no final de junho, no município de Santana do Livramento. Segundo Bagueira Leal relatou a Teixeira Mendes, a notícia da morte de Saldanha teria desagradado ao general Galvão mais do que a notícia da morte de Floriano Peixoto, ocorrida na mesma época, no Rio de Janeiro. Mesmo assim, o general Galvão não teria se furtado de organizar pessoalmente a sessão fúnebre realizada no teatro da cidade em homenagem ao ex-presidente.

Referindo os avanços ocorridos desde meados de junho nas negociações do general Queiroz com os rebeldes federalistas, Bagueira Leal relatou o seguinte a Teixeira Mendes, ainda na carta que lhe escreveu em 27 de julho de 1895:

Já nesse tempo andavam livremente passeando pela cidade os chefes “generais” dos revoltosos, entre os quais o célebre Rafael Cabeda, tudo isso graças ao inacreditável passo dado pelo nosso comandante que fora em pessoa, levando a família tratar com eles em Piratini! Mais queria fazer o general: receber em Pelotas Joca Silva com todas as honras militares. Isso não levou a efeito por não poder contar com a totalidade dos oficiais. Deste modo, já nas agonias da revolução, foram os revolucionários elevados de fato a beligerantes. Diz-se que entre outras condições impostas e aceitas está a reforma da Constituição.

Porém, se as forças castilhistas podiam tolerar as honras com que seus adversários estavam sendo tratados pelo representante do governo central, o mesmo não ocorreu quando se cogitou da alteração da Constituição de 14 de julho de 1891, o que teria ocorrido no encontro que o general Queiroz e Joca Tavares haviam tido na estação Piratini (hoje Pedro Osório) da linha férrea que ligava Pelotas a Bagé.²⁷

Deste modo, sob a pressão de Júlio de Castilhos e de seus aliados, o acordo final de pacificação, assinado no dia 23 de agosto de 1895, em Pelotas, pelo general Inocêncio Galvão de Queiroz e por Joca Tavares, não fazia qualquer alusão à possibilidade de se alterar a Constituição sul-rio-grandense. Uma semana depois, assinando na condição de “capitão-médico do Exército” e de “membro da Igreja Positivista do Brasil”, Joaquim Bagueira Leal publicou um folheto nos seguintes termos, expondo seu ponto de vista acerca da pacificação do Rio Grande do Sul:

Pelotas, 18 de Gutemberg de 107 (30 de agosto de 1895).
Cidadão.

Hoje, sétimo dia do restabelecimento da paz no heróico e muito republicano Estado do Rio Grande do Sul, hoje, que já são conhecidos os termos da submissão dos rebeldes; hoje, que já podemos acreditar que eles não tentarão recomeçar a guerra civil, empunhando de novo as armas em nome das exigências que fizeram sem nada ter conseguido, porquanto se colocariam numa posição antipática depois das manifestações festivas com que o país inteiro recebeu a paz; o abaixo-assinado, rendendo um preito de homenagem à memória de tantos heróis que sacrificaram nobremente a vida para nos proporcionar tão belos dias (doce felicidade que não lhes foi dado gozar!), congratula-se convosco e com todos aqueles que defenderam a Ordem e a República, quer com as armas na mão, quer com o apoio moral, tendo como único fito a pacificação, que conseguiram assim ver transformada de aspiração sublime em realidade benéfica.

Que a Humanidade encha nossos corações de sentimentos bastante generosos para fazer predominar a concórdia, hoje necessidade primordial da pátria rio-grandense!
Saúde e Fraternidade.

Portanto, o Dr. Bagueira Leal fez questão de sublinhar que os federalistas depunham

²⁷ Cf. FRANCO, *op. cit.*, p. 89.

as armas como derrotados e que os vencedores foram os castilhistas e seus aliados, retratados como defensores da ordem e da República. Este folheto foi amplamente distribuído em Pelotas, em Rio Grande, em Bagé, em Santa Vitória do Palmar e em Porto Alegre, onde o médico positivista mantinha relações, além de ser enviado para seus correligionários no Rio de Janeiro.

Além desta manifestação pública, Bagueira Leal escreveu uma carta a Teixeira Mendes, em 2 de setembro de 1895, onde teceu algumas considerações pessoais acerca dos bastidores da assinatura do acordo de pacificação e dos termos do mesmo:

Quanto aos negócios políticos, já deveis estar informado do que tem havido. Desde a chegada do general [Queiroz] os republicanos ficaram muito desgostosos com ele, em quem viram um aliado dos revoltosos, pelas atenções que lhes dispensava coincidindo com a maneira hostil com que tratava a gente do governo estadual. Logo que souberam por amigos do Rio que a resposta dada pelo Prudente à proposta de Piratini, eles esperavam que o general se retirasse. Tal porém não sucedeu. O general resolveu fazer a pacificação mesmo com essa resposta, ou por capricho, ou porque ambicionasse as glórias de pacificador “quand mème”, ou porque tivesse instruções reservadas do chefe do partido dele. A 22 de agosto, sem que ninguém esperasse, entraram nesta cidade a seu chamado Joca Tavares e mais dois irmãos, Rafael Cabeda e outros chefes dos rebeldes. O general preparou a ordem do dia que devia ser lida no dia seguinte, e ordenou uma formatura geral para as nove horas da manhã em que a paz devia ser saudada por uma salva de artilharia. Chegou porém a hora e nada de salva. Espalhou-se então o boato de que estava tudo desfeito. Era um boato falso, porque às 3 horas da tarde uma salva de 21 tiros saudou a negociação.

Os motivos da demora, segundo o que parece mais certo, foi Joca Tavares custar a convencer-se que devia assinar nas condições impostas pelo governo, o que Galvão só conseguiu depois de comprometer-se a passar o telegrama que conheceis.

Na mesma carta, Bagueira Leal relatou que as festas que ocorreram em Pelotas pela pacificação do Estado foram quase todas promovidas pelos partidários da revolta, e que os republicanos estavam um tanto retraídos. Acerca da estabilidade da paz, Bagueira Leal externou o seguinte temor acerca da pacificação do Rio Grande do Sul:

[...] a minha convicção não é bem firme. Há momentos em que vacila, em vista de muitos sintomas contrários, que fazem supor que há qualquer plano oculto, talvez para a deposição do Castilhos. Os revoltosos não depuseram as armas; aproveitam-se da paz para aliciar gente; em suas manifestações de qualquer natureza dão-se ares de vencedores; são eles os que festejam o acontecimento; dizem francamente que em pactos ocultos estão consignadas as suas outras pretensões; a força civil do governo tem sido toda dispensada. A isto devo juntar o que soube ontem pelo general Savaget, encarregado de trazer Joca do acampamento a Piratini, e é que Joca nessa ocasião veio muito humilhado e disposto a tudo. Donde se pode concluir que a conduta inábil ou partidária do general Galvão, oferecendo-lhe mais do que pedia, é que alimentou-lhe as pretensões, ou as pretensões de ambos, reveladas na segunda conferência. Chegou-se mesmo a dizer que a relutância de Joca foi uma combinação.

Em outra parte da mesma carta, mesmo com a incerteza quanto ao encerramento definitivo do conflito, Bagueira Leal se arriscou a fazer um balanço da situação em que se encontravam as forças oponentes após trinta meses de conflito:

Me parece que quem está de parabéns em primeiro lugar é o partido republicano local, porque obteve a submissão dos rebeldes sem nenhum pesar para ele, ficando os arranhões na dignidade por conta do general, que sempre isolou-se dos republicanos. Em segundo lugar estão de parabéns os rebeldes, porque, já nas agonias da revolução, se não conseguiram uma vitória completa, obtiveram uma vitória no grau adiantado de tratar com o governo de potência a potência. Em terceiro lugar está a República, por ter ficado livre da revolta ainda que para isso fosse preciso ser bem desprestigiada a autoridade. Em último lugar está o Exército, cujo chefe [*o general Queiroz*] esqueceu as lições do imortal Carneiro. Mas toda a responsabilidade recai sobre esse chefe, porque com dificuldade se encontrariam dois generais capazes de fazer o que ele fez. A sua conduta deu à revolução, que não tinha programa, o da revisão da constituição, e foi contra ela uma propaganda poderosa. Hoje não lhe faltam críticos, alguns que nunca a leram, outros que nunca se lembraram que o estado tinha uma constituição. Há mesmo alguns castilhistas que concordam com a revisão.

Como se percebe, Bagueira Leal estava bastante insatisfeito com o desempenho do general Queiroz, a quem atribuía a responsabilidade pela ameaça que ainda pairava sobre a Constituição castilhista de 14 de julho de 1891. Em uma breve carta que escreveu a Miguel Lemos no dia 4 de setembro de 1895, de forma bastante sucinta, Bagueira Leal assim resumiu a situação:

Infelizmente se realizou a pacificação, ou antes o tratado de aliança. Os parabéns que pela terminação da revolta dei aos meus amigos e a todos que se bateram pela República são frios e pouco convencidos. Nada é tão instável como essa fantástica paz. Só hoje me foi dado ler no seu todo as duas atas, e pude ver o quanto foi humilhado o governo da República.

O médico fluminense não deixou de externar sua opinião contrária aos termos da pacificação a alguns colegas, que as retransmitiram ao próprio comandante-em-chefe do Exército no Rio Grande do Sul, de modo que as relações entre ambos ficaram abaladas. Bagueira Leal passou a temer por uma remoção para a campanha, apesar de tal iniciativa só poder ser tomada pelo chefe do serviço sanitário no Estado, que era seu amigo.

Apesar do temor que havia manifestado a Teixeira Mendes de que a pacificação fosse apenas uma armadilha para desmobilizar as forças castilhistas, Bagueira Leal pode constatar que, efetivamente, os revoltosos estavam depondo as armas, conforme relatou a Miguel Lemos em carta que lhe escreveu no dia 9 de outubro de 1895, na qual ainda acrescentou:

O Galvão fala em ir para o ministério e vive ameaçando para essa ocasião os que não 'andarem direito' com ele. Mas antes está tratando de dissolver o clube militar de Porto Alegre, segundo instruções que recebeu do Prudente, o que ele leva a efeito removendo o pessoal. Seguindo as mesmas instruções está tratando também de fixar definitivamente aqui a sede do comando do distrito. Ele está nas boas graças daquele presidente, que o chama de distintíssimo servidor da República.

No dia 12 de dezembro de 1895, em nova carta que escreveu a Miguel Lemos, Bagueira Leal ratificou que a oposição havia deixado de realizar ataques às forças governistas. Entretanto, ressaltou que o clima de animosidade ainda era latente. Não escondendo sua satisfação, o médico também referiu que o presidente Prudente de Moraes havia determinado o retorno do general Inocêncio Galvão de Queiroz para o Rio de Janeiro, relatando ainda alguns rumores acerca das causas de tal ordem:

Por aqui a grande novidade que há é a próxima retirada do general Galvão, até que afinal, depois de ter feito todo o mal que pode. Creio que não é estranha a isso a promessa de chibata que ele mandou fazer ao redator de um jornal daqui por intermédio de seu ajudante de ordens e a pretexto de ataques a sua família. O jornal tinha-se referido ligeiramente a uma valsa - 23 de agosto - que a mulher dele, dizendo-se autora, dedicou ao general João Nunes da Silva Tavares.

Interessante foi a resposta do Castilhos ao telegrama em que o jornal lhe comunicou o fato: "Já ordenei ao intendente que com a guarda municipal garantisse a liberdade de imprensa, e que, se a força não chegasse, requisitasse mais do governo do estado". O general ficou possesso.

Embora se possa questionar a veracidade do boato acerca da valsa que a esposa do comandante do Exército havia composto para o chefe dos revolucionários, o certo é que o afastamento do general Queiroz agradou a Júlio de Castilhos e a seus correligionários. Na carta que escreveu a Miguel Lemos em 21 de janeiro de 1896, Bagueira Leal relatou as mudanças sucessivas no comando das forças do Exército no Rio Grande do Sul:

Aqui a novidade é a mudança contínua do Comando do Distrito. Ao infeliz Galvão sucedeu por ser o mais antigo o general Savaget, homem sério, muito sensato, sem ligações partidárias. O bom cumprimento de seus deveres teve de ser mais agradável aos republicanos e aos castilhistas do que aos outros, pelo que não quis o Prudente a sua conservação e deu-nos o Cantuária que está a chegar.

Em uma nova carta a Miguel Lemos, escrita de Pelotas em 20 de fevereiro de 1896, Bagueira Leal mencionou que o general Cantuária, instruído pelo presidente Prudente de Moraes, inicialmente havia se mostrado muito frio com os castilhistas, mas que já estaria se modificando.

Porém, não demorou para que se deteriorassem as relações entre o governo estadual e o general Cantuária, novo comandante do Exército no Rio Grande do Sul, conforme relatou Bagueira Leal a Miguel Lemos, em carta que lhe escreveu de Pelotas em 30 de abril de 1896:

Por aqui, o que há de mais importante em política é que as relações do Cantuária e do Castilhos estão gravemente abaladas, principalmente em consequência do seguinte: uns criminosos, que para verem-se livres do castigo tinham tomado parte na revolução, voltaram para Passo Fundo julgando-se impunes a pretexto da anistia. Foram presos e reclamaram proteção do Cantuária. Este oficiou ao Castilhos. O presidente respondeu que, tratando-se de uma questão toda civil, afecta às autoridades judiciárias, nada tinha que informar-lhe. Na linguagem dessa resposta o Castilhos usou de toda a delicadeza e deferência possível. O general contestou: "Não deveis ignorar que, além da minha função militar, tenho uma missão política, etc". A isso o Castilhos respondeu com energia dizendo não reconhecer essa missão, e pedindo que lhe dissesse quem lhe deu esses poderes, ministro ou presidente da República, pois o precisava protestar imediatamente. Até agora o general não respondeu.

Como se percebe, a situação política do Rio Grande do Sul permanecia instável, com

os acontecimentos de 1893-95 ainda interferindo decisivamente nas relações entre o governo estadual e o governo federal. Na mesma carta, Bagueira Leal comunicou a Miguel Lemos que iria se transferir para Porto Alegre por alguns meses, para substituir um colega como assistente do chefe do serviço sanitário militar no Estado, mas que seus familiares continuariam residindo em Pelotas.

Em uma nova carta que remeteu a Miguel Lemos, datada de 20 de maio de 1896, em Porto Alegre, Bagueira Leal mencionou que o Dr. Fortuna, seu chefe e amigo, havia lhe proposto uma colocação definitiva em Porto Alegre. Porém, Bagueira Leal recusou, alegando que o custo de vida em Pelotas era menor e que pretendia voltar para o Rio de Janeiro assim que fosse possível obter uma transferência.

A partir de meados de 1896, pouco a pouco as cartas de Bagueira Leal para Miguel Lemos e para Teixeira Mendes passaram a deixar de conter referências à situação política do Rio Grande do Sul, sinal de que a situação estava se normalizando, apesar da polarização existente entre as forças políticas do Estado. Os assuntos familiares e religiosos passaram a predominar na correspondência. De outra parte, mesmo no auge da revolução, nas cartas que escrevia, invariavelmente Bagueira Leal fazia alusão aos valores financeiros que recolhia entre simpatizantes do positivismo para serem enviados como contribuições à Igreja Positivista do Brasil. Além disso, Bagueira Leal também fazia a encomenda de publicações existentes no catálogo de livros da instituição, visando distribuí-las em Pelotas e em outras localidades da região meridional do Rio Grande do Sul.²⁸ Deste modo, contribuiu para a difusão do ideário comtiano na sociedade gaúcha ao longo da primeira década da República.

Retornando a Pelotas no mês de julho de 1896, Bagueira Leal passou a se empenhar em conseguir uma remoção para fora do Rio Grande do Sul, pois as doenças em sua família eram constantes no inverno. Porém, sua transferência ficava dependendo da vinda de um colega para substituí-lo. Tendo em vista a instabilidade política do Estado, era difícil encontrar alguém que se dispusesse a vir para o extremo sul do Brasil.

Em 29 de março de 1897, Bagueira Leal escreveu uma carta em que referiu a recente destruição do arraial de Canudos por forças do Exército, relacionando tal assunto com sua tentativa de remoção do Rio Grande do Sul:

Não vos tendo ainda escrito depois do lamentável desastre de Canudos, para o qual muito concorreu a nossa imperícia militar, envio-vos os pêsames, porque imagino quanto vos deve ter con-tristado esta nova e grave complicação para a nossa República [...]. Vendo a demora em vir a ordem para a minha partida para aí (Rio de Janeiro), [...] os acontecimentos da Bahia mudam completamente a situação. Eu aí chegado seria quase seguramente mandado para a Bahia, ordem que eu cumpriria prontamente, embora nunca cogitasse em solicitá-la. Isso transtornaria os nossos projetos, que interessam mais à Humanidade do que os negócios da Bahia.

Como se percebe, após passar quatro anos no Rio Grande do Sul, período em que ele e sua família estiveram expostos a diversas situações de perigo, Bagueira Leal não se empolgava com a idéia de seguir para a Bahia, onde os seguidores de Antônio Conselheiro recém haviam sido exterminados por forças do Exército.

Esta foi a última carta escrita por Bagueira Leal, do Rio Grande do Sul, para os diretores da Igreja Positivista do Brasil, no Rio de Janeiro. Embora ainda não soubesse ao certo a data de partida, Bagueira Leal estava certo de aqueles eram seus últimos dias em Pelotas, pois a sua transferência já fora publicada pelo "Diário Oficial". Deste modo, três dias antes de escrever aquela derradeira carta a Miguel Lemos, Bagueira Leal enviou para Joaquim José Felizardo Júnior, em Porto Alegre, o estoque de publicações positivistas que estava em seu poder. Mencionando uma carta anterior que Felizardo Júnior lhe escrevera, contendo a sugestão para que se engajasse como apóstolo da Religião da Humanidade, Bagueira Leal escreveu o seguinte:

Quanto ao aproveitamento dos meus serviços no apostolado positivista, é verdade que há essa idéia, partida do Sr. Miguel Lemos e aplaudida pelo Sr. Teixeira Mendes. Sobre isso respondi confessando a minha profunda incompetência. Mas as generosas esperanças de meus chefes não se desvaneceram, porquanto, apesar da minha franqueza, promoveram e obtiveram a minha transferência para o Rio. Não tenho esperanças de corresponder às ilusões de nossos diretores, as quais provavelmente se dissiparão. Agradeço entretanto as vossas felicitações.²⁹

²⁸ Cf. carta de Joaquim Bagueira Leal a Teixeira Mendes, 27 de julho de 1895. Arquivo da Igreja Positivista do Brasil.

²⁹ Cf. carta de Joaquim Bagueira Leal a Joaquim José Felizardo Júnior, 26 de março de 1897. Esta carta se encontra

Portanto, como o próprio Bagueira Leal confidenciou a Felizardo Júnior, sua remoção do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro foi obtida com a interferência de Miguel Lemos e de Teixeira Mendes junto à cúpula do Exército, onde os positivistas gozavam de grande prestígio. Além disso, os diretores da Igreja Positivista do Brasil esperavam que Bagueira Leal viesse a se dedicar integralmente à propaganda da religião fundada por Auguste Comte.

Porém, tal desejo não se concretizou, pois Bagueira Leal continuou como simples confrade da Igreja Positivista do Brasil, mantendo suas atividades como médico do Exército. Assim mesmo, o médico-militar destacou-se como um dos mais ativos propagandistas do positivismo no Brasil durante a República Velha, principalmente nos assuntos de saúde pública. De acordo com o desejo de sua esposa, Bagueira Leal conseguiu retornar ao Asilo dos Inválidos da Pátria, na Ilha de Bom Jesus, localizada no litoral fluminense, onde servia antes de ser destacado para acompanhar as forças federais que vieram lutar no Rio Grande do Sul. Mas a proximidade do Rio de Janeiro em que se encontrava o novo posto em que servia permitiam-lhe freqüentes visitas aos diretores da Igreja Positivista do Brasil.

Considerações finais

Com suas observações acerca dos desdobramentos da guerra civil que dividiu a sociedade sul-rio-grandense entre 1893 e 1895, Bagueira Leal contribuiu para a ratificação de uma aliança implícita entre os positivistas religiosos brasileiros (liderados por Miguel Lemos) e os positivistas políticos gaúchos (liderados por Júlio de Castilhos), existente desde as origens da Igreja Positivista do Brasil e do Partido Republicano Rio-Grandense e consolidada com a promulgação da Constituição estadual de 14 de julho de 1891. Tal aliança foi reafirmada mais uma vez no final de 1897, quando Miguel Lemos sugeriu o nome de Castilhos para concorrer à presidência da República, o que acabou por não se concretizar por recusa deste.

Através das cartas que escreveu aos diretores da Igreja Positivista do Brasil, inéditas até o momento, Bagueira Leal desvelou diversos aspectos desconhecidos da Revolução Federalista. Na condição de adepto da religião fundada por Auguste Comte e de médico-militar, presenciou a partir de um ponto de vista inusitado às articulações políticas e às movimentações militares ocorridas no Rio Grande do Sul durante o conturbado período de consolidação da República.

Embora não fosse um observador imparcial, visto que, por motivos de ordem profissional e ideológica, estava identificado com as forças castilhistas, Bagueira Leal não deixou de apontar em suas cartas os excessos praticados pelos governistas e as violências sofridas pelos revolucionários.

Com a distribuição que fez em Rio Grande e Pelotas dos folhetos editados pela Igreja Positivista do Brasil, Bagueira Leal também contribuiu para a difusão da literatura e do ideário positivista no Rio Grande do Sul. Aliás, o médico fluminense foi pioneiro nesta atividade, depois continuada em Porto Alegre pelo núcleo de positivistas religiosos que se organizou em torno de Felizardo Júnior.

Este artigo sobre a percepção de Bagueira Leal acerca dos episódios que marcaram a Revolução Federalista pretendeu contribuir para o estudo da recepção e difusão do pensamento de Auguste Comte – reinterpretado por Miguel Lemos e por Teixeira Mendes – na sociedade gaúcha.

ABSTRACT: The military doctor Joaquim Bagueira Leal remained in the Rio Grande do Sul for four years, between 1893 and 1897, following the contingents of the Army transferred to the south of Brazil because of the Federalist Revolution. In that time, Bagueira Leal lived in Rio Grande, Santa Vitória do Palmar and Pelotas, and he also spent some months roamed the country side of Rio Grande do Sul, near of Uruguay, in company of the forces commanded by Col. Sampaio. In that time, Bagueira Leal wrote a few letters to Miguel Lemos and Teixeira Mendes, directors of the Positivist Church of Brazil (hosted in Rio de Janeiro), of which he was a member. Through these letters it is possible to perceive the peculiar way as the brazilian orthodox positivists – adepts of the Religion of the Humanity, established by Auguste Comte – analyzed the civil war that opposed the old liberal ones (allies of Silveira Martins) and the republicans

dissidents against the faithful forces to Júlio de Castilhos and the Republican Party of Rio Grande do Sul.

KEY-WORDS: Federalist Revolution – Positivism – Republic – Military.